



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0005877

Requerente: Vereador Marco Antônio da Rosa

Súmula: Projeto de Lei: Estabelece o Dia Municipal dos Direitos da Pessoa com transtorno do Aspecto Autista (TEA)

### RELATÓRIO

Trata-se proposição legislativa, de autoria de vereador com assento nesta Câmara de Vereadores, cujo escopo "estabelece o dia municipal e princípios para a política municipal de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA)". Vem o feito instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

### PARECER

A competência municipal para instituir datas comemorativas emana da Lei Orgânica Municipal, que estatui:

*Art. 7º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*(...)*

*XXXIV - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;*

Já a competência da Câmara Municipal para iniciativa de projetos sobre a matéria é fixada pela LOM:

*Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, (...). Grifamos.*

A proposta em exame, à primeira vista, não se situa fora da esfera de atuação do Poder Legislativo, considerando que a autonomia legislativa para assuntos de interesse local é garantida pela Constituição Federal, inclusive no que diz respeito a suplementar a legislação federal e estadual, no que couber (art. 30, I e II), e levando em conta que a regulamentação da competência legislativa a nível municipal (Lei Orgânica) não contém nenhuma disposição



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



que reserve privativamente ao Poder Executivo a iniciativa sobre fixação de datas comemorativas e eventos municipais, sendo requisito nesse aspecto apenas que o ato se dê *com a sanção do Prefeito*.

Relativamente à redação do art. 2º, observamos que consta a atribuição de obrigação ao Município no sentido de implementar o "programa de Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista", situando tal dispositivo, à primeira vista, ao alcance da vedação contida na Lei Orgânica Municipal:

*Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:*

*(...)*

*III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública Municipal;*

*IV - proposições que geram despesas ou que comprometam receitas do Município.*

Como se sabe, os atos de administração e gestão dos serviços públicos cabem privativamente ao Prefeito, titular do poder de gestão da Administração e, conseqüentemente da direção superior da Administração à vista do que dispõe o inciso II do art. 84 da Carta Magna, aplicável à administração municipal, não sendo cabível a interferência de outro Poder.

De outra banda ponderamos que, apesar de surgir da leitura do referido dispositivo a ideia de indevida interferência na seara estrita do Executivo, uma análise mais atenta sugere que tal determinação tem eficácia meramente declaratória, tendo em vista que, **em qualquer hipótese que o Município de Sapucaia do Sul venha implementar o programa em questão, deverá observar as exigências da legislação**



## **CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL**

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



**federal vigente, que no caso é a de nº 12.764/2012.** E esse é o espírito do artigo, razão pela qual deixamos de lançar anotação relativamente ao aparente vício de constitucionalidade formal, eis que inexistente a atribuição de qualquer obrigação ao município que já não exista.

Pelas razões acima expostas, encaminhamos o parecer no sentido do **prosseguimento da proposição** na sua tramitação regimental. À consideração superior para as providências de praxe, e com a aprovação, remeta-se o expediente à Diretoria Legislativa para conclusão às comissões competentes.

Sapucaia do Sul, 2 de maio de 2017

**Pablo José Camboim de Souza**  
OAB/RS 50.493  
Matrícula 881

Aprova:

**João Roberto da Fonseca Junior**  
Procurador Chefe  
OAB/RS 69.257